



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Muaná



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Muaná x RI Marajó x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Muaná x RI Marajó x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Muaná x RI Marajó x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Muaná x RI Marajó x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Muaná x RI Marajó x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Muaná (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Em Muaná, a taxa de pobreza iniciou em 65,1% em 2019 e apresentou leve queda até 2021, atingindo 63,4%. A partir de 2022, houve redução mais expressiva: 52,3% em 2022 e 50,0% em 2023. A Região de Integração do Marajó, por sua vez, manteve taxas elevadas e crescentes entre 2019 e 2022, partindo de 68,4% e alcançando 73,7%, com recuo em 2023 para 68,2%. Já o estado do Pará apresentou comportamento mais volátil: começou em 41,7% em 2019, caiu ligeiramente em 2020 (40,6%), subiu até 59,2% em 2022, e voltou a cair para 43,8% em 2023. Esses dados mostram que, embora todas as esferas te-

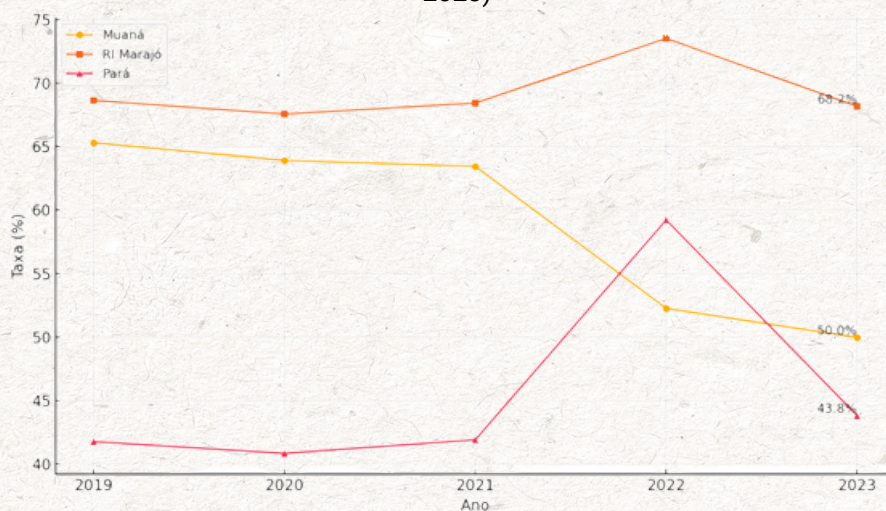
nham encerrado o período com taxas mais baixas que o pico de 2022, Muaná foi o que teve a queda mais sustentada a partir de 2021 (Gráfico 1).

O recuo da pobreza em Muaná após 2021 pode refletir políticas locais de redistribuição de renda, fortalecimento da produção rural ou programas sociais mais eficazes. A RI Marajó, mesmo encerrando 2023 com queda, manteve patamar mais alto, o que indica que os avanços foram menos significativos em nível regional. O comportamento do Pará foi fortemente afetado em 2022, possivelmente por efeitos da pandemia, inflação e



insegurança alimentar, revertendo parte da redução conquistada anteriormente. Ainda assim, a queda para 43,8% em 2023 mostra recuperação. Comparando os três níveis, Muaná se destacou por reduzir consistentemente a taxa de pobreza no triênio final. Isso indica possível fortalecimento da economia local ou melhora na gestão de políticas públicas sociais (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

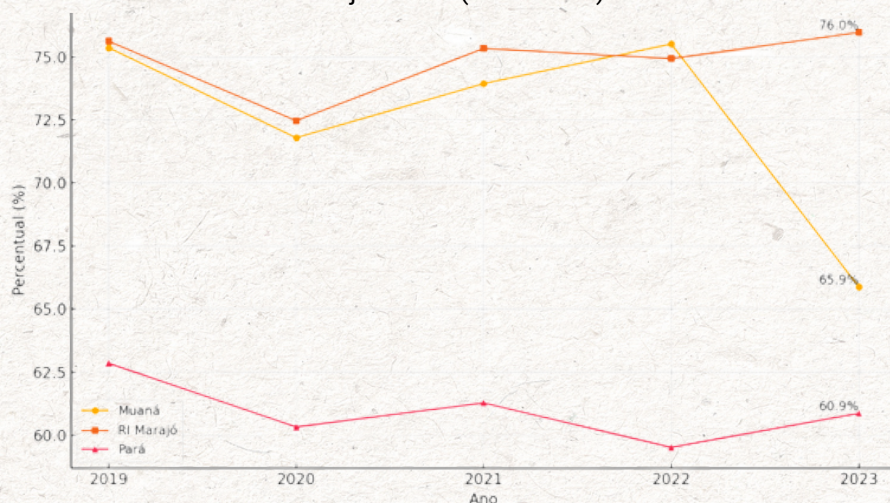
Entre 2019 e 2022, Muaná manteve altos percentuais de aplicação de recursos públicos em serviços essenciais, passando de 75,5% em 2019 para 76,0% em 2022. No entanto, em 2023, ocorreu uma queda significativa para 65,9%, um recuo de mais de 10 pontos percentuais. A RI Marajó seguiu padrão mais estável, saindo de 75,6% em 2019, oscilando levemente e encerrando 2023 em 76,0%. Já o estado do Pará operou com percentuais consistentemente menores, começando com 62,9% em 2019, caindo a 59,5% em 2022 e subindo para 60,9% em 2023. Essa discrepância evidencia um maior esforço local (Muaná e RI) em garantir serviços básicos, contrastando com menor prioridade relativa no estado (Gráfico 2).

O recuo abrupto de Muaná em 2023 chama

atenção, pois rompe uma tendência de investimento elevado no setor. Essa queda pode refletir redirecionamento de verbas, cortes orçamentários ou dificuldades de arrecadação local. Mesmo assim, o percentual de 65,9% ainda se mantém superior ao registrado no estado do Pará, o que reforça a prioridade municipal ao longo do período. A estabilidade da RI Marajó sugere maior equilíbrio regional no compromisso com serviços essenciais. Por outro lado, o baixo patamar estadual indica possível fragilidade ou limitação orçamentária para atender adequadamente saúde, educação e assistência. A comparação mostra que Muaná vinha se destacando até 2022, mas precisa reverter a redução de 2023 para não comprometer conquistas sociais (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

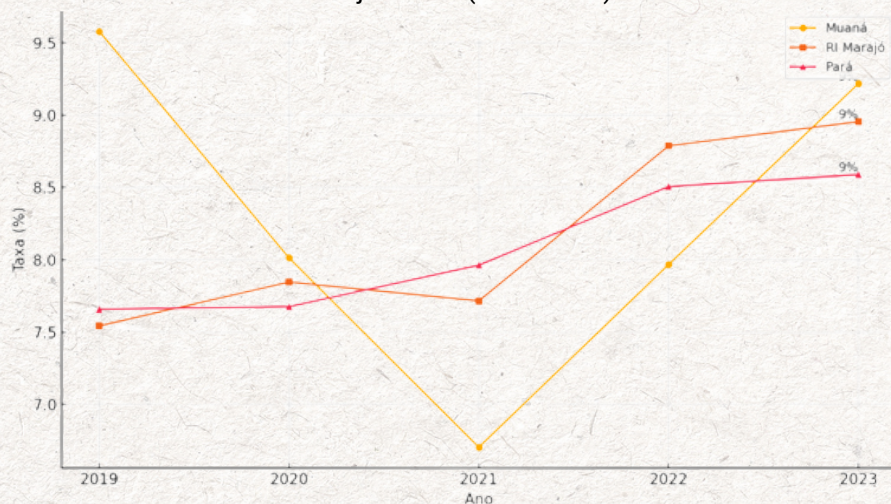
Em Muaná, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer começou em 9,6% em 2019 e apresentou queda nos dois anos seguintes, chegando a 6,7% em 2021. A partir daí, houve reversão da tendência: em 2022, o índice subiu para 8,0% e, em 2023, atingiu 9,3%. A RI Marajó, por sua vez, iniciou em 7,6%, oscilou levemente e encerrou em 9,0%. O estado do Pará teve crescimento mais moderado: 7,6% em 2019 para 9,0% em 2023. Apesar das variações, os três níveis demonstraram aumento no indicador ao fim do período, especialmente entre 2021 e 2023 (Gráfico 3).

O comportamento oscilante de Muaná sugere vulnerabilidade no cuidado pré-natal ou nas condições de saúde materno-infantil. A queda até 2021 pode ter refletido ações de atenção básica ou melhora nos serviços de saúde. No entanto, o aumento nos dois anos seguintes indica possível retrocesso ou impacto de fatores socioeconômicos adversos. A RI Marajó e o Pará também demonstraram piora, ainda que mais estável, o que sugere tendência regional. A convergência dos três entes em 2023 no patamar de 9% para a necessidade de políti-

cas públicas voltadas à gestação saudável e ao acesso nutricional. Em resumo, o indicador revela um desafio persistente na área de saúde infantil (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

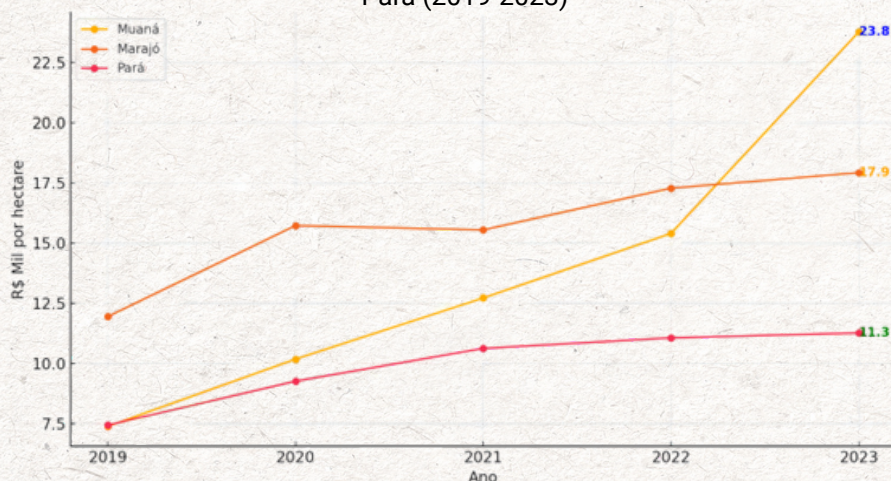
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Muaná apresentou forte evolução na produtividade agrícola entre 2019 e 2023, saltando de R\$ 7,6 mil para R\$ 23,8 mil por hectare. Esse aumento de mais de 200% sugere melhorias significativas no uso da terra, tecnologias empregadas ou acesso a mercados mais lucrativos. A Região de Integração do Marajó teve evolução mais modesta, saindo de R\$ 12,0 mil para R\$ 17,9 mil no mesmo período. Já o estado do Pará cresceu de R\$ 7,5 mil para R\$ 11,3 mil, com avanço mais lento e contínuo. Muaná superou ambas as escalas, invertendo sua posição inicial de menor produtividade (Gráfico 4).

Esse destaque de Muaná pode indicar investimento em cadeias produtivas de maior valor

agregado, como açaí, pesca ou agroecologia local. A inflexão mais acentuada a partir de 2022 revela possível adoção de políticas públicas ou parcerias que resultaram em maior rendimento da terra. A diferença expressiva entre Muaná e o estado sugere que políticas locais fizeram a diferença, mesmo em um contexto regional desafiador. A RI Marajó também cresceu, mas em menor intensidade. A trajetória reforça que o fortalecimento da produção agrícola pode ser um vetor relevante para a redução da pobreza e melhoria das condições socioeconômicas. O resultado de Muaná é um sinal positivo de desenvolvimento rural (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 23,8 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

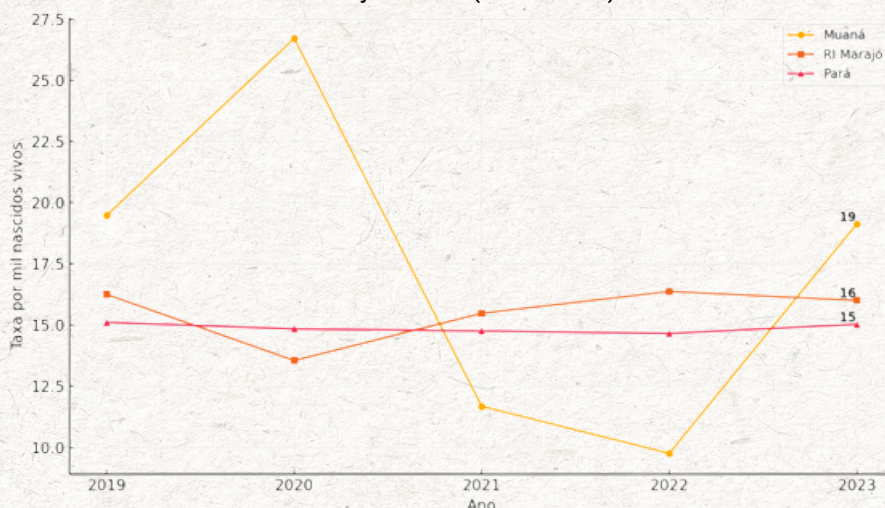
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Muaná, a taxa de mortalidade infantil iniciou em 19,4 por mil nascidos vivos em 2019, subiu expressivamente para 26,9 em 2020, e caiu bruscamente para 11,6 em 2021 e 9,8 em 2022. Em 2023, porém, voltou a subir para 19,0, evidenciando instabilidade. A RI Marajó oscilou entre 16,3 (2019) e 13,6 (2020), voltando a 16,0 em 2023. Já o estado do Pará manteve maior estabilidade, com valores entre 14,7 e 15,0 no período. O padrão de Muaná demonstra grande oscilação e vulnerabilidade (Gráfico 5).

A queda acentuada entre 2020 e 2022 pode ter refletido melhorias pontuais no sistema de saúde local, enquanto o aumento em 2023 levanta alertas sobre retrocessos. A RI Marajó e o estado do Pará apresentam cenários mais estáveis, embora a RI tenha ficado constantemente acima da média estadual. A variação extrema em Muaná sugere necessidade de reforço em políticas de atenção neonatal e acompanhamento da gestação. O retorno à taxa de 19 em 2023 aproxima-se do nível de 2019, anulando os avanços recentes. Isso revela que os ganhos obtidos podem não ter sido sustentáveis (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

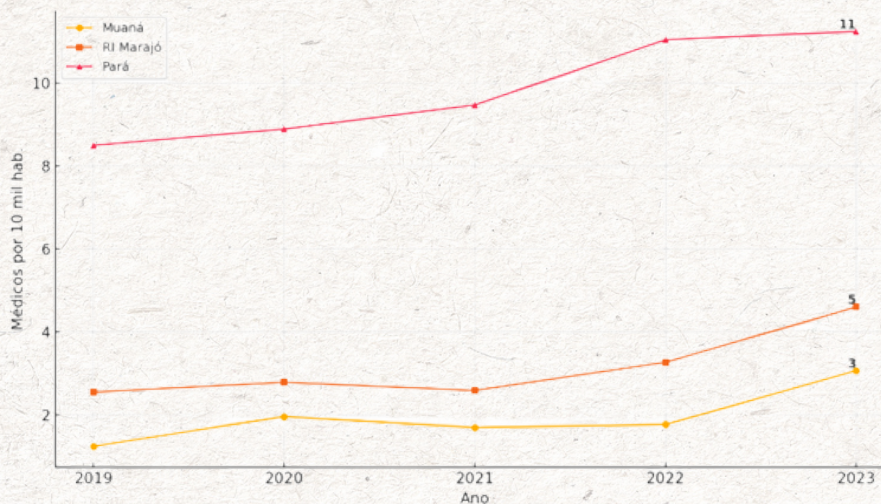
Em Muaná, o número de médicos por 10 mil habitantes subiu de 1,2 em 2019 para 3,0 em 2023, com leve queda em 2021 (1,7) e estabilidade em 2022 (1,8). A RI Marajó teve evolução constante, saindo de 2,6 para 5,0 no mesmo período. Já o estado do Pará apresentou desempenho mais expressivo, partindo de 8,5 em 2019 até alcançar 11,0 em 2023. Muaná continua com um dos menores índices, apesar da melhoria gradual observada (Gráfico 6).

A disparidade entre Muaná e o estado é notável: em 2023, o Pará contava com qua-

se quase quatro vezes mais médicos por habitante que o município. A RI Marajó, por sua vez, demonstrou ritmo de crescimento consistente e superou Muaná em todos os anos. Isso evidencia que, embora haja avanços locais, o acesso à assistência médica ainda é limitado em Muaná. O aumento recente pode estar associado à interiorização de profissionais ou programas federais, como o Mais Médicos. Ainda assim, o município precisa acelerar esforços para equiparar-se à média regional (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Muana x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

O número de vagas no ensino público em Muaná caiu de 240 por mil habitantes em 2019 para 194 em 2023, com leve recuperação em 2021 (241) antes da queda mais acentuada nos dois últimos anos. A RI Marajó manteve os maiores índices ao longo do período, oscilando entre 289 e 311, encerrando 2023 em 284. Já o estado do Pará apresentou uma redução mais discreta, de 211 em 2019 para 198 em 2023. A tendência geral nos três níveis foi de declínio, mais acentuada em Muaná (Gráfico 7).

Esse cenário aponta possível retração na capacidade de

atendimento da rede pública local, seja por fatores demográficos ou orçamentários. A diferença entre Muaná e a RI Marajó é de quase 90 vagas por mil habitantes em 2023, evidenciando desequilíbrio entre os territórios. A manutenção de altos índices na RI pode indicar concentração de infraestrutura educacional em outros municípios da região. Muaná, ao contrário, enfrenta queda expressiva, o que pode comprometer a inclusão escolar. O estado seguiu trajetória intermediária, com menor variação relativa (Gráfico 7).

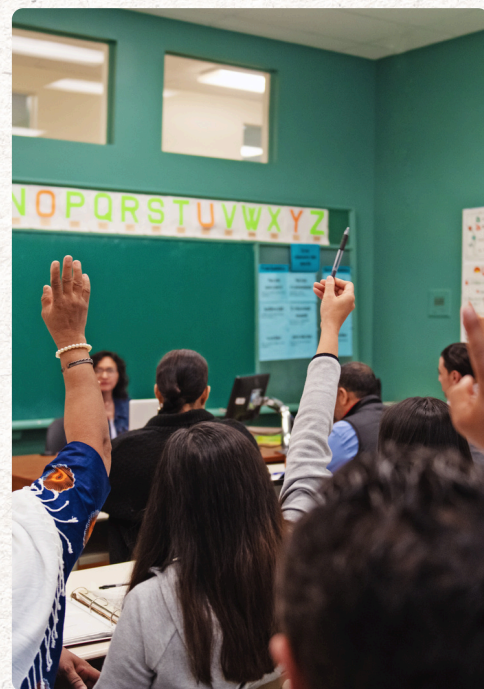
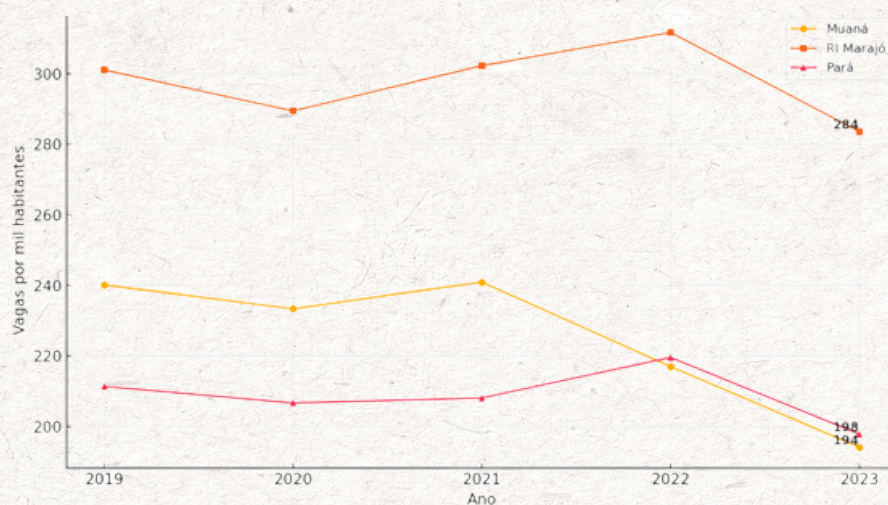


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 194 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

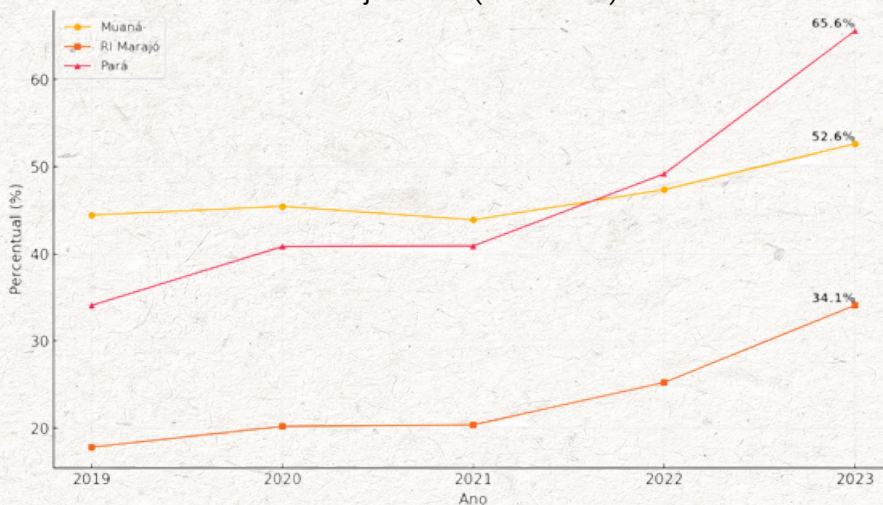
Muaná apresentou aumento no percentual de escolas com acesso à internet, passando de 44,2% em 2019 para 52,6% em 2023, com ligeiras variações ao longo do período. A RI Marajó iniciou em apenas 17,6% em 2019, mas cresceu de forma expressiva, atingindo 34,1% em 2023. O estado do Pará teve a maior evolução relativa: de 34,2% em 2019 para 65,6% em 2023, ultrapassando os demais territórios. Ainda assim, Muaná manteve percentual superior ao da RI durante todo o período (Gráfico 8).

Apesar da melhora, Muaná teve cresci-

mento mais modesto quando comparado ao estado do Pará, que quase dobrou sua cobertura. A internet escolar é um fator essencial para a qualidade do ensino, especialmente após a pandemia. A evolução positiva na RI Marajó, embora partindo de um patamar muito baixo, mostra esforços recentes de conectividade. O município de Muaná precisa acelerar investimentos em inclusão digital, pois seu crescimento desacelerou entre 2022 (47,4%) e 2023. A tendência é promissora, mas ainda há margem para avanço (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

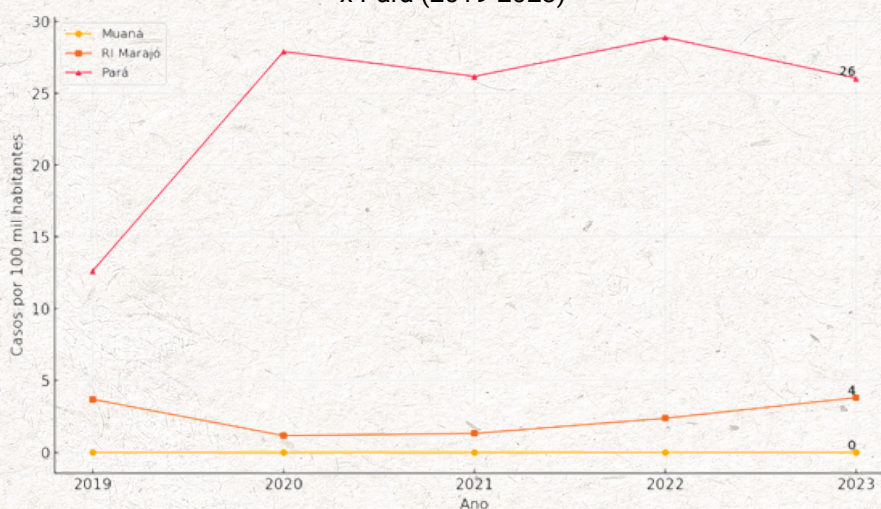


Em Muaná, o número de casos registrados por 100 mil habitantes permaneceu em zero durante todo o período de 2019 a 2023. Já a RI Marajó iniciou com 3,8 casos em 2019, caiu para 1,3 em 2020 e 2021, e voltou a subir para 2,4 em 2022 e 4,0 em 2023. O estado do Pará apresentou crescimento expressivo de 12,7 em 2019 para 28,0 em 2020, com oscilações posteriores e encerrando 2023 em 26,0 casos. Os dados estaduais indicam uma média muito superior às demais escalas (Gráfico 9).



O fato de Muaná manter a taxa zerada durante os cinco anos pode tanto indicar ausência de registros quanto subnotificação, o que exige investigação mais profunda. Em contrapartida, a RI Marajó apresenta tendência ascendente recente, embora ainda em níveis bem inferiores ao estado. O Pará, com alta carga de registros, demonstra maior estrutura de denúncia ou maior prevalência real de violência doméstica. O contraste entre as esferas evidencia desigualdades na captação dos dados. Políticas de proteção à mulher e canais de denúncia podem estar mais fortalecidos em escala estadual (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

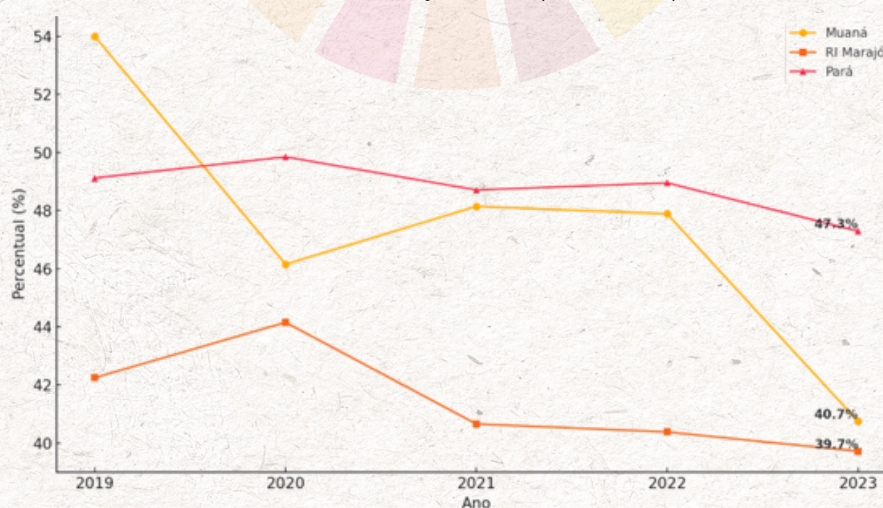
Em Muaná, o percentual caiu de 54,0% em 2019 para 40,7% em 2023, com quedas mais acentuadas entre 2019 e 2020 (46,1%) e novamente em 2023. A RI Marajó iniciou em 42,2%, chegou a 44,1% em 2020, mas caiu para 39,7% em 2023. O estado do Pará apresentou maior estabilidade, oscilando levemente entre 49,0% e 47,3% ao final do período. Apesar de iniciar com liderança, Muaná perdeu destaque ao longo do tempo (Gráfico 10).





A retração no indicador municipal pode estar relacionada à menor incorporação de mulheres em posições de liderança, especialmente após 2020. Enquanto o Pará manteve equilíbrio e estabilidade, as demais escalas enfrentaram queda, com destaque negativo para Muaná. Isso revela possíveis barreiras institucionais ou socioculturais à manutenção da equidade de gênero em posições de comando. O declínio do indicador compromete a representatividade feminina. É essencial reforçar políticas de promoção da equidade no mercado de trabalho local (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 40,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

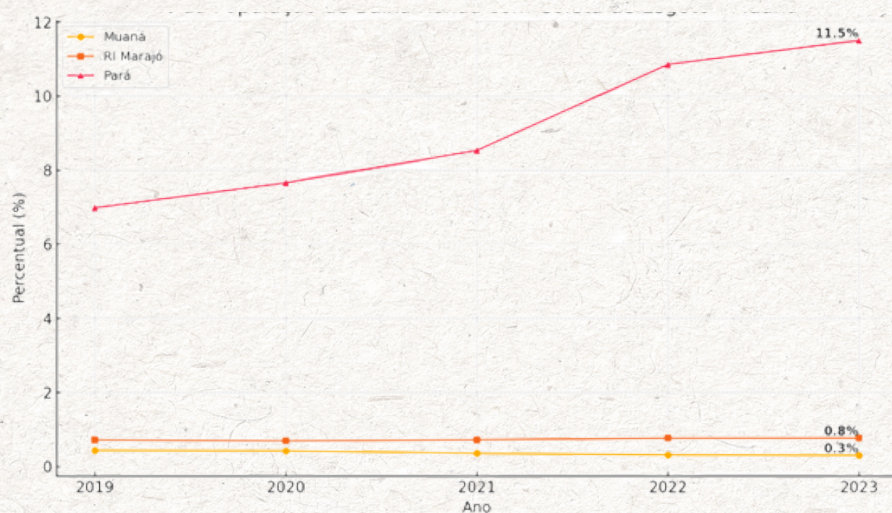
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Muaná apresentou valores extremamente baixos durante todo o período, oscilando entre 0,3% (2023) e 0,4% (2019-2022). A RI Marajó também permaneceu em patamar baixo e estável, com 0,8% de cobertura em todos os anos. Já o estado do Pará demonstrou evolução considerável, partindo de 7,0% em 2019 e alcançando 11,5% em 2023. A diferença entre o município e o estado é de mais de 11 pontos percentuais (Gráfico 11).

A estagnação dos percentuais em Muaná e na RI Marajó revela ausência de avanços em saneamento para populações mais vulneráveis. O desempenho estadual, apesar de ainda limitado, indica crescimento contínuo e maior investimento na universalização dos serviços. O contraste regional evidencia desigualdade territorial acentuada no acesso à infraestrutura sanitária. A ausência de expansão em Muaná compromete a saúde pública e a qualidade de vida. É urgente ampliar políticas locais voltadas ao atendimento dessa faixa da população (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

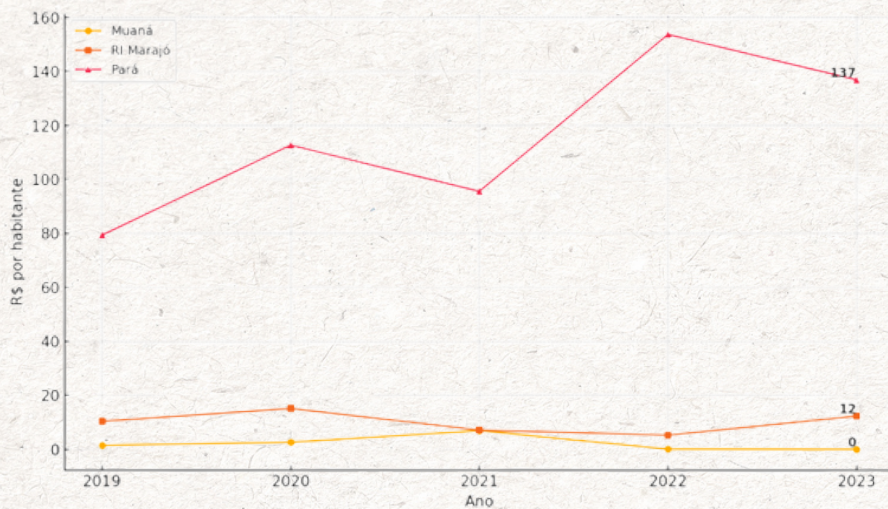
Em Muaná, os gastos per capita com saneamento básico foram extremamente baixos e inconsistentes ao longo do período de 2019 a 2023. O município registrou apenas R\$ 1 em 2019, R\$ 2 em 2020 e R\$ 3 em 2021, caindo para R\$ 0 em 2022 e 2023. Na RI Marajó, os valores oscilaram entre R\$ 9 e R\$ 15, com alta em 2020 e leve recuperação em 2023 (R\$ 12). Já o estado do Pará apresentou trajetória mais robusta, iniciando em R\$ 79 e chegando a R\$ 137 em 2023, com pico em 2022 (R\$ 153). A diferença de alocação entre o estado e o município é marcante (Gráfico 12).

Essa baixa execução orçamentária em Muaná indica

possível ausência de prioridade política ou restrições financeiras severas para investimentos em saneamento básico. A comparação com a RI e, principalmente, com o estado evidencia uma lacuna grave em infraestrutura sanitária no município. A instabilidade nos valores também aponta fragilidade na continuidade de políticas públicas na área. A quase estagnação dos investimentos compromete diretamente o atendimento da população, especialmente a de baixa renda. Sem aportes consistentes, Muaná tende a perpetuar os baixos índices de cobertura de esgotamento sanitário (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

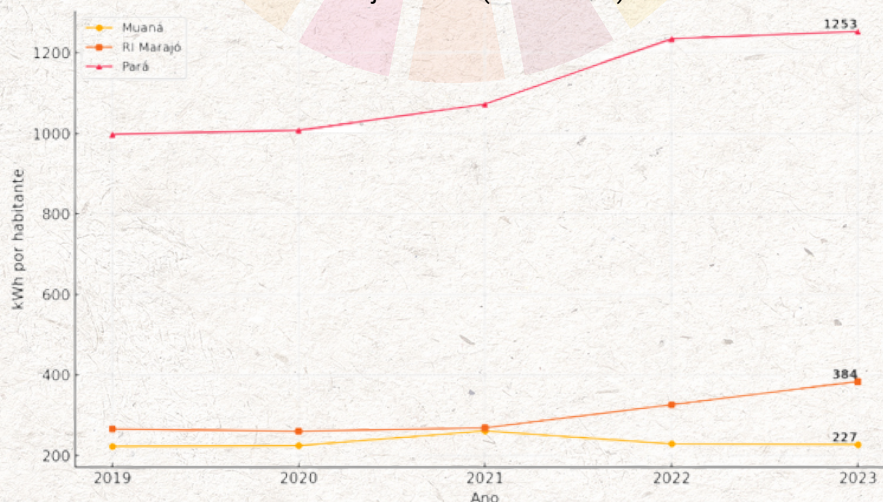
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



O município de Muaná apresentou baixo consumo per capita de energia elétrica ao longo do período, variando de 227 kWh/hab. em 2023 a um pico de 258 kWh/hab. em 2021. Apesar de ligeira oscilação, os valores se mantiveram estáveis e baixos. A RI Marajó teve crescimento consistente, de 270 kWh/hab. em 2019 para 384 kWh/hab. em 2023. Já o estado do Pará registrou aumentos expressivos, de 997 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023. As disparidades entre os territórios são marcantes (Gráfico 13).

Muaná permanece muito abaixo da média estadual e regional, indicando possíveis limitações no acesso ou no uso intensivo de energia. O crescimento expressivo do Pará revela expansão da infraestrutura elétrica e da atividade econômica. A RI Marajó teve desempenho intermediário, mas ainda muito distante da média estadual. A estagnação do consumo em Muaná pode estar relacionada à baixa renda, dificuldade de distribuição ou ao uso de fontes alternativas de energia. Isso evidencia desigualdades no padrão de consumo energético entre os territórios (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 227 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

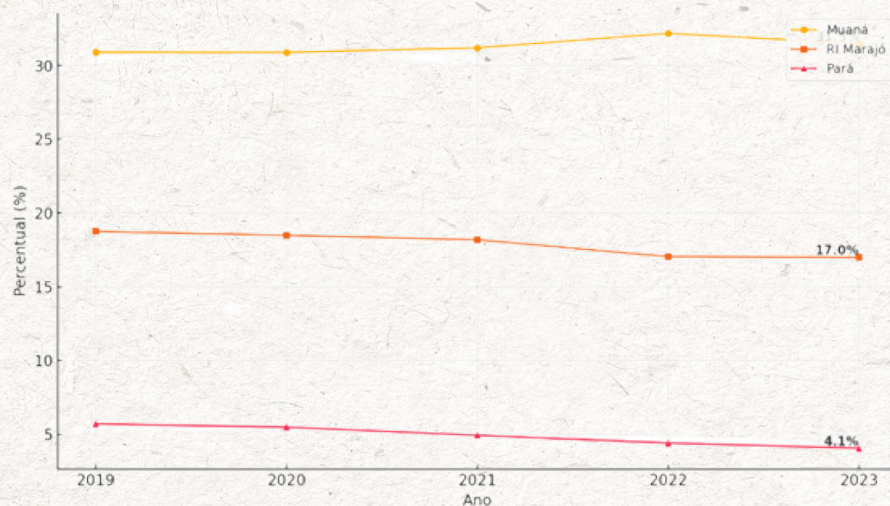
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Muaná iniciou o período com 30,8% dos domicílios de baixa renda utilizando iluminação fóssil em 2019 e chegou a 32,2% em 2022, encerrando 2023 com leve redução para 31,5%. A RI Marajó reduziu de 18,9% em 2019 para 17,0% em 2023, apresentando queda contínua. O estado do Pará também apresentou redução significativa, indo de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023. Muaná lidera negativamente em todos os anos, com mais de 30% dos lares em situação precária de iluminação (Gráfico 14).

O uso persistente de iluminação fóssil em Muaná indica grande carência de infraestrutura elétrica entre a população de baixa renda. A tendência de estabilidade, ao invés de queda, reforça a ausência de políticas eficazes de universalização do acesso à energia. A RI Marajó apresentou progresso, ainda que modesto, enquanto o estado conseguiu avanços mais consistentes. O cenário municipal revela atraso crítico em relação à transição energética. É urgente ampliar a eletrificação das áreas mais vulneráveis em Muaná para garantir dignidade e segurança energética básica (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 31,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

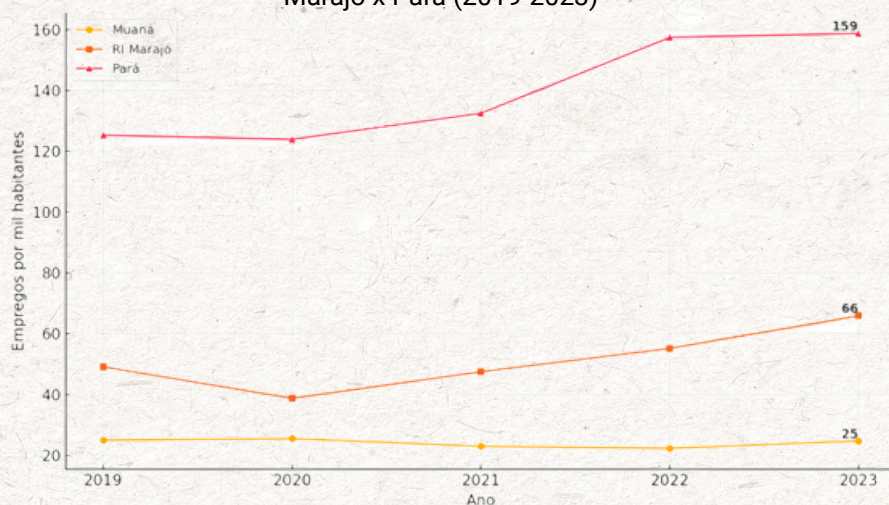


Empregos Formais por Mil Habitantes

A comparação revela um cenário de estagnação em Muaná frente ao avanço nas demais escalas territoriais. A expansão dos empregos formais no estado e na RI indica maior dinamismo econômico e maior inserção da população no mercado com carteira assinada. Já em Muaná, a baixa geração de empregos formais pode indicar predominância de ocupações informais, sazonalidade ou limitações estruturais no mercado local. O crescimento regional não tem refletido diretamente no município. Isso evidencia a necessidade de políticas públicas para estimular a formalização e o fortalecimento da economia local (Gráfico 15).

Em Muaná, o número de empregos formais por mil habitantes manteve-se baixo e relativamente estável entre 2019 e 2022, oscilando de 25 para 23 nesse intervalo, com leve recuperação em 2023, voltando a 25. A Região de Integração do Marajó apresentou uma trajetória de recuperação mais clara, partindo de 50 em 2019, caindo para 39 em 2020, e alcançando 66 em 2023. Já o estado do Pará apresentou crescimento expressivo, passando de 125 em 2019 para 159 em 2023. O aumento foi contínuo a partir de 2021, após estabilidade nos anos iniciais (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

O Produto Interno Bruto per capita de Muaná cresceu de R\$ 6.307 em 2018 para R\$ 7.954 em 2022, um aumento de aproximadamente 26%. A RI Marajó apresentou um crescimento mais modesto, de R\$ 9.078 para R\$ 10.162 no mesmo período. Já o estado do Pará demonstrou evolução expressiva, partindo de R\$ 18.901 em 2018 e atingindo R\$ 33.954 em 2022 um crescimento de quase 80%. A diferença entre o PIB per capita estadual e o municipal mais que quadruplicou em valores absolutos (Gráfico 16).

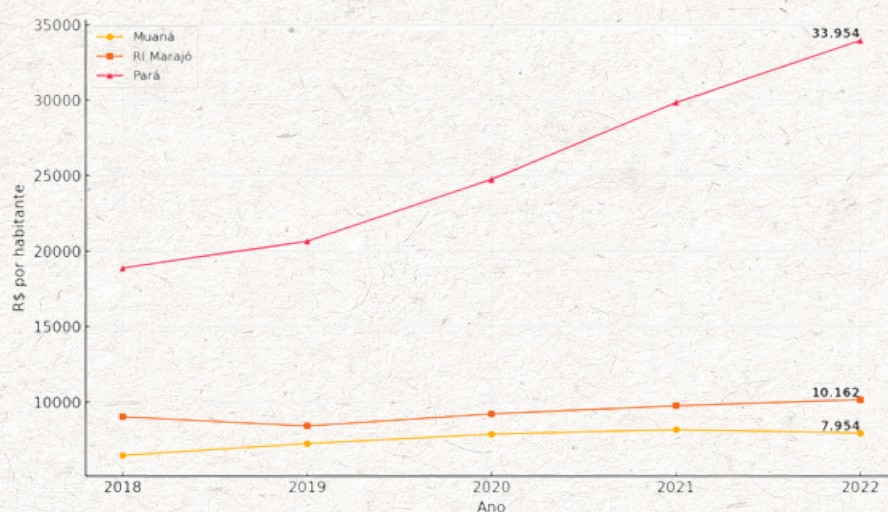
Apesar do crescimento em Muaná, o município continua

PIB per capita



com um dos menores PIBs per capita da região, refletindo baixa produtividade econômica e pouca diversificação. O desempenho da RI Marajó foi mais robusto em termos absolutos, mas ainda distante da média estadual. O salto observado no Pará pode estar ligado à intensificação da atividade mineral e ao crescimento industrial, setores com maior peso na composição do PIB. Já em Muaná, a economia parece continuar baseada em setores de menor valor agregado. Essa diferença estrutural reforça desigualdades territoriais persistentes dentro do estado (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Muaná x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 7.954/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

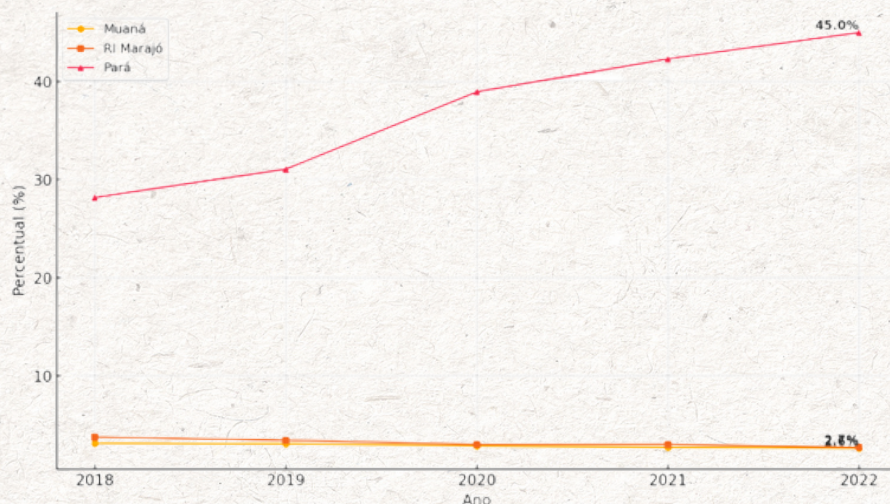


Em Muaná, o valor adicionado da indústria caiu ligeiramente de 3,4% em 2018 para 2,8% em 2022. A RI Marajó apresentou queda semelhante, indo de 3,8% para 2,6% no mesmo intervalo. Em contrapartida, o estado do Pará registrou forte crescimento: de 28,5% em 2018 para expressivos 45,0% em 2022, com destaque para o salto entre 2019 e 2020 (de 31,2% para 38,9%). O setor industrial estadual demonstrou papel crescente na composição da economia (Gráfico 17).

O declínio do setor industrial em Muaná e na RI Marajó indica perda relativa de importância da atividade, com provável migração de valor para o setor de serviços ou agropecuária. Já o crescimento expressivo da indústria no estado do Pará está associado, muito provavelmente, à expansão do setor extrativo mineral e transformação, com impacto relevante no PIB estadual. A baixa participação industrial em Muaná limita o dinamismo econômico e o potencial de geração de empregos formais. Para reduzir essa lacuna, seriam necessárias ações voltadas à industrialização regional e apoio a cadeias produtivas locais (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Muaná x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Muaná, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes manteve-se praticamente inalterado, partindo de 3 em 2019, mantendo esse valor até 2021, caindo para 2,5 em 2022 e voltando a 3 em 2023. A RI Marajó iniciou com 9 profissionais em 2019, recuou para 7 em 2020, mas teve crescimento contínuo até alcançar 13 em 2023. O estado

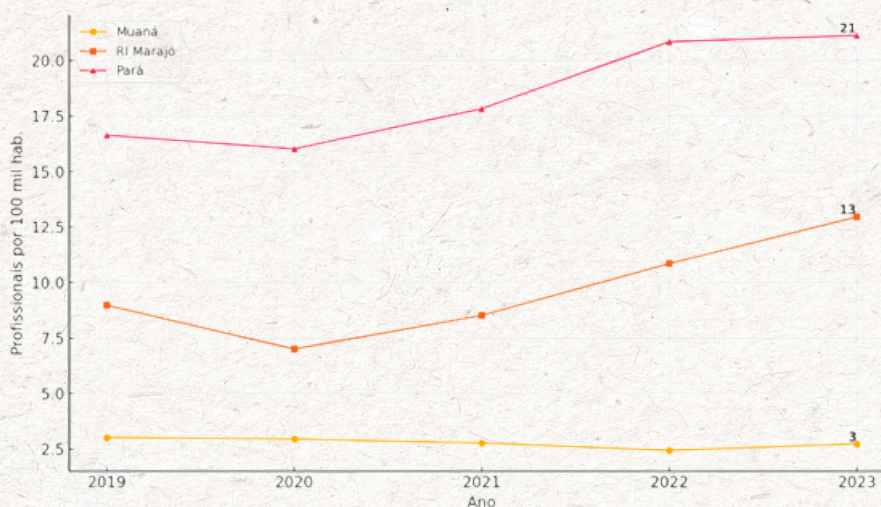


do Pará variou positivamente, de 16,6 para 21 no mesmo período. Esse crescimento demonstra uma tendência estadual de ampliação da força de trabalho qualificada (Gráfico 18).

A estabilidade em Muaná contrasta com os avanços observados na RI Marajó e no estado. A baixa densidade de profissionais da ciência indica limitação no desenvolvimento tecnológico e na capacidade de inovação local. A falta de crescimento no indicador pode refletir ausência de centros de pesquisa, universidades ou políticas de incentivo à ciência. A concentração regional desses profissionais prejudica a interiorização do conhecimento. Reverter essa situação exigirá investimentos estruturais em educação e ciência no município (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Muana x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

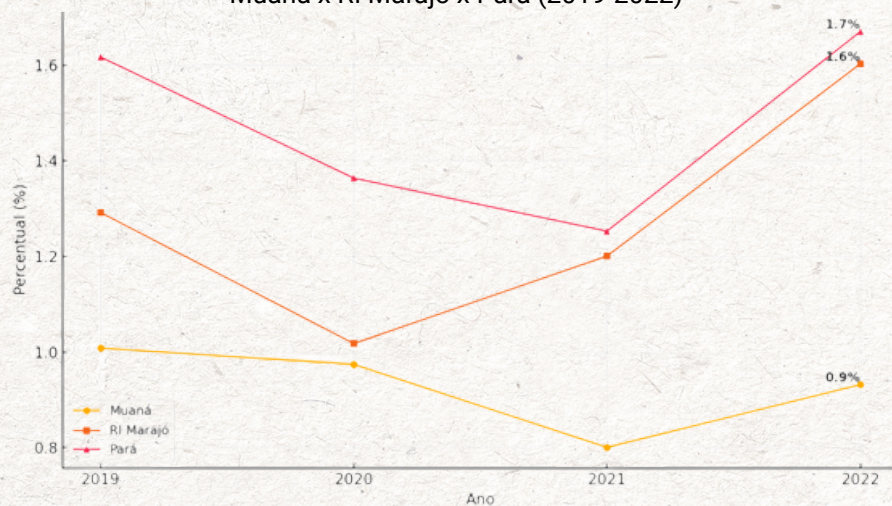


Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Muaná, a massa salarial dos vínculos formais correspondia a 1,0% do PIB em 2019, caiu para 0,97% em 2020 e atingiu o menor valor em 2021, com 0,80%, recuperando-se levemente para 0,90% em 2022. Na RI Marajó, o indicador caiu de 1,29% em 2019 para 1,02% em 2020, mas subiu para 1,60% em 2022. Já o estado do Pará também teve queda, de 1,62% em 2019 para 1,25% em 2021, com recuperação em 2022, atingindo 1,70%. A tendência geral foi de recuo seguido de recuperação (Gráfico 19).

Muaná teve a menor participação da massa salarial no PIB entre os três níveis analisados. Isso mostra que, embora haja vínculos formais, sua representatividade econômica é muito pequena. A recuperação vista em 2022 não compensou totalmente a queda ocorrida nos anos anteriores. Em contraste, a RI Marajó e o Pará conseguiram recuperar e superar os patamares anteriores à pandemia. O dado reflete uma economia local com baixa formalização e frágil dinamismo produtivo (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

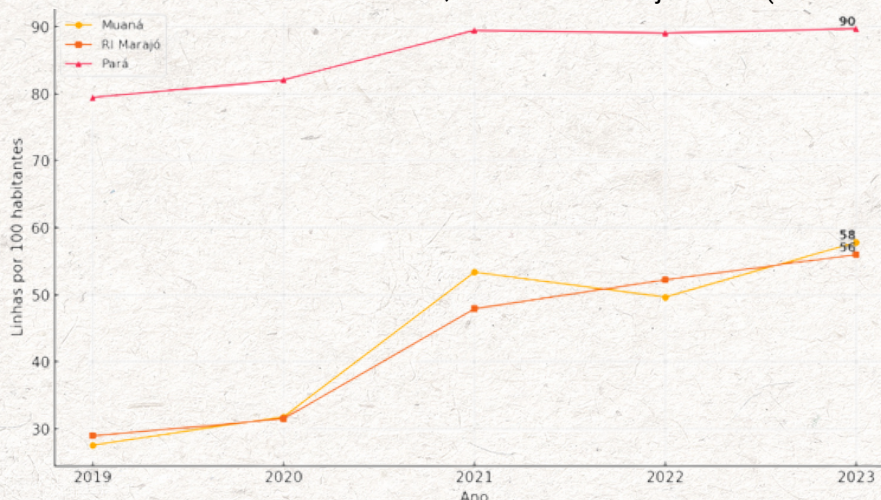
Acesso à Telefonia Móvel

Muaná apresentou crescimento expressivo no acesso à telefonia móvel, passando de 27 linhas por 100 habitantes em 2019 para 58 em 2023. O avanço mais intenso ocorreu entre 2020 e 2021, com salto de 32 para 53 linhas. Apesar de uma leve queda em 2022 (50), o índice se recuperou no último ano. A RI Marajó acompanhou tendência semelhante, saindo de 29 para 56 linhas no período. Já o estado do Pará manteve níveis muito superiores, indo de 79 em 2019 para 90 em 2023 (Gráfico 20).

Embora Muaná tenha dobrado seu índice em cinco anos, ainda está distante da cobertura estadual. O ritmo de crescimento mostra melhora no acesso, possivelmente impulsionado por políticas de expansão da infraestrutura digital. O Pará, por outro lado, manteve-se estável em patamar elevado, indicando consolidação do serviço. A RI Marajó demonstra padrão intermediário, com aumento consistente e gradual. Muaná precisa manter o ritmo de expansão para reduzir desigualdades no acesso à comunicação (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 58 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

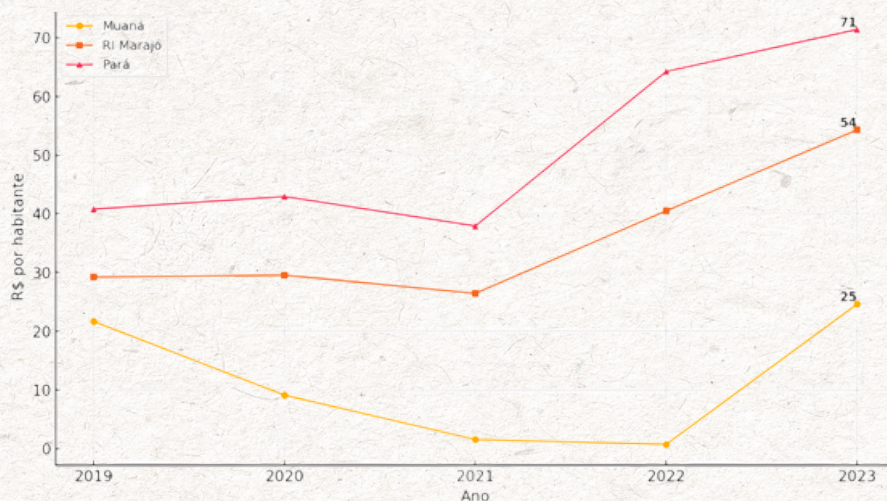
Em Muaná, a despesa por habitante com cultura e meio ambiente caiu fortemente de R\$ 22,1 em 2019 para apenas R\$ 0,5 em 2022, antes de subir para R\$ 25,0 em 2023. A RI Marajó iniciou com R\$ 29,6 e também teve redução até 2021 (R\$ 26,5), mas encerrou 2023 com forte alta, alcançando R\$ 54,0. O estado do Pará passou de R\$ 40,6 em 2019 para R\$ 71,0 em 2023, com destaque para o crescimento entre 2021 e 2022. A retomada em Muaná só ocorreu recentemente (Gráfico 21).

A queda brusca em Muaná até 2022 sugere

corte de recursos nessas áreas, possivelmente em função da pandemia ou de restrições orçamentárias. A recuperação em 2023 é positiva, mas ainda modesta frente aos avanços do estado e da região. O Pará demonstrou aumento contínuo, sinalizando prioridade crescente para cultura e meio ambiente. A RI Marajó teve padrão semelhante ao estadual, com retomada vigorosa após 2021. Muaná precisa manter os investimentos para garantir inclusão cultural e sustentabilidade local (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



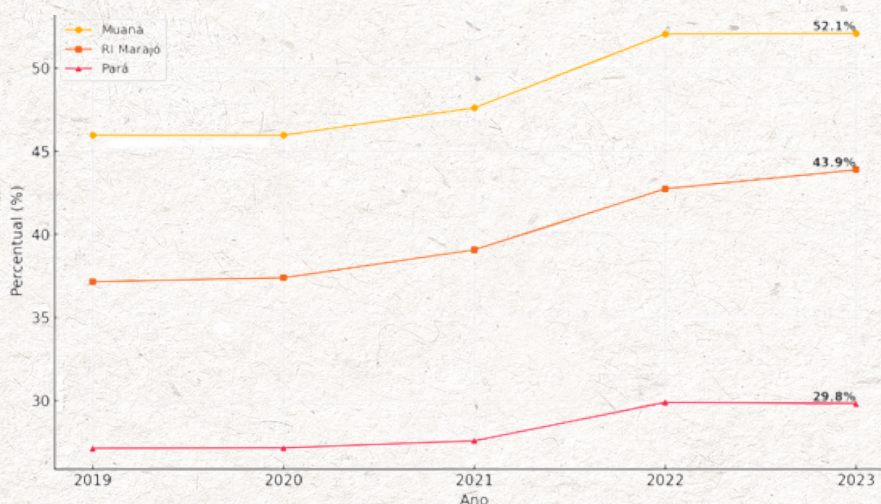
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Muaná, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo subiu de 45,9% em 2019 para 52,1% em 2023. A RI Marajó também apresentou crescimento, de 37,0% para 43,9% no mesmo período. Já o estado do Pará manteve valores bem menores, partindo de 27,0% e chegando a 29,8%. A tendência de crescimento em Muaná e na RI é preocupante, indicando deficiência na coleta regular de resíduos em comunidades vulneráveis (Gráfico 22).

A diferença entre os três níveis territoriais

revela disparidades graves no acesso a serviços de limpeza urbana. O aumento do indicador indica retrocesso ambiental e de saúde pública, com maior exposição a riscos sanitários. Muaná apresenta os maiores percentuais do grupo, sem sinal de reversão no curto prazo. O estado do Pará conseguiu manter relativa estabilidade, com crescimento mais contido. É essencial ampliar políticas de coleta e tratamento de resíduos sólidos em territórios de baixa renda (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

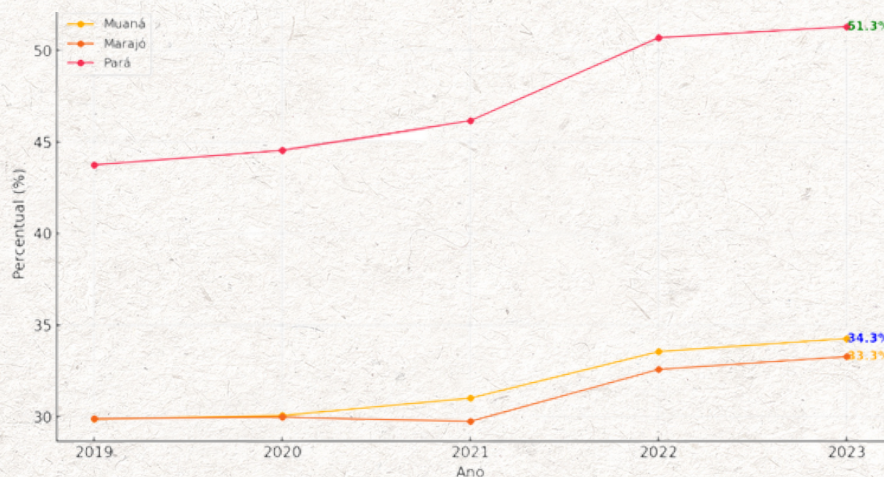
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Muaná, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar aumentou de 30,0% em 2019 para 34,3% em 2023. A RI Marajó manteve comportamento semelhante, partindo também de 30,0% e atingindo 33,3% no final do período. O estado do Pará apresentou os maiores valores entre os três níveis, crescendo de 43,8% em 2019 para 51,3% em 2023. A elevação no indicador em todos os recortes territoriais demonstra a persistência da precariedade no saneamento básico entre as famílias mais vulneráveis (Gráfico 23).

O crescimento contínuo desses percentuais

indica que, mesmo com políticas públicas na área de infraestrutura, a população de baixa renda segue sem acesso adequado ao esgotamento sanitário. Em Muaná e na RI, os patamares são menores que os do estado, mas também não houve melhora no período. Isso evidencia a ausência de avanços concretos nas regiões menos urbanizadas. A utilização de fossas rudimentares compromete a saúde pública e o meio ambiente. Para reverter esse cenário, são urgentes os investimentos em soluções sustentáveis de saneamento para comunidades de baixa renda (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

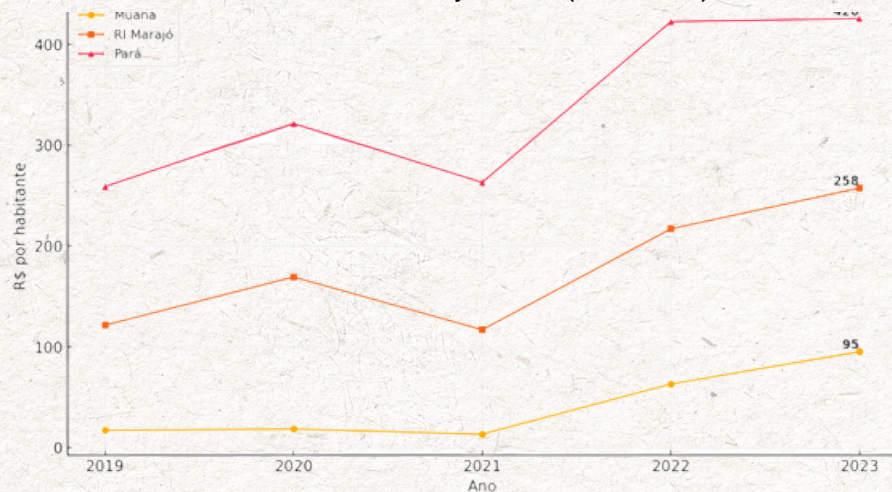
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Muaná, os gastos por habitante com prevenção de desastres começaram baixos, em R\$ 18,2 em 2019, mantiveram-se próximos a esse valor em 2020 (R\$ 18,7) e 2021 (R\$ 14,2), antes de subirem para R\$ 64,6 em 2022 e R\$ 95,4 em 2023. A RI Marajó iniciou com R\$ 121,3, elevou-se para R\$ 168,4 em 2020, recuou em 2021 (R\$ 120,4), e terminou 2023 com R\$ 258,0. Já o estado do Pará teve trajetória ascendente, de R\$ 259,5 em 2019 para R\$ 426,3 em 2023. O maior salto ocorreu entre 2021 e 2022, de R\$ 263,1 para R\$ 423,2 (Gráfico 24).



Apesar do crescimento recente em Muaná, os valores investidos ainda são muito inferiores aos da RI e do estado. A diferença em 2023 foi de mais de quatro vezes em relação à RI Marajó e quase cinco vezes em relação ao Pará. A elevação após 2021 pode indicar maior atenção à gestão de riscos ambientais ou ao impacto de eventos climáticos extremos. Ainda assim, o histórico de subinvestimento aponta para vulnerabilidade estrutural. A tendência positiva deve ser mantida com políticas integradas e contínuas de prevenção de desastres naturais no território (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 95/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Muaná apresentou elevados investimentos em preservação aquática ao longo do período. Em 2019, o gasto foi de R\$ 1.416 por habitante, crescendo para R\$ 1.653 em 2020, R\$ 1.774 em 2021, com leve recuo em 2022 (R\$ 1.591), e aumento expressivo em 2023, atingindo R\$ 2.319. A RI Marajó também teve alta: R\$ 754 em 2019 para R\$ 1.160 em 2023, embora com oscilações. O estado do Pará manteve os menores valores: R\$ 198 em 2019, R\$ 287 em 2023, com pico em 2020 (R\$ 273) (Gráfico 25).

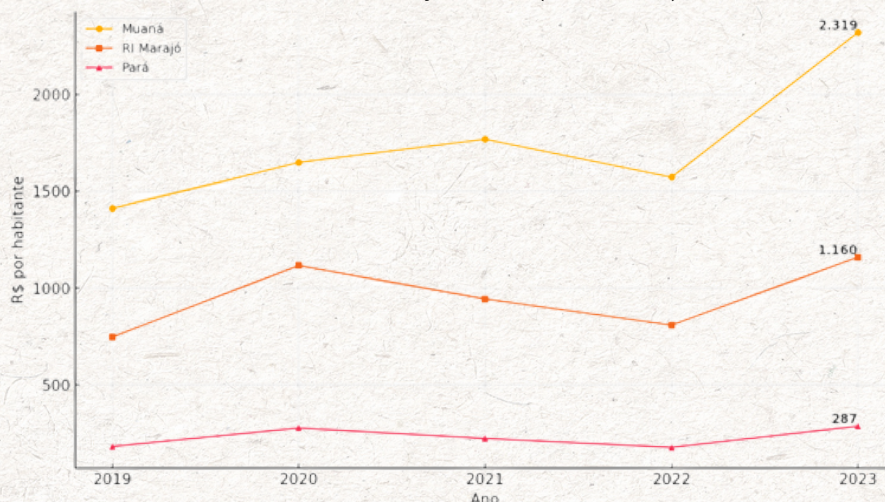
Muaná se destaca como o município com maior despesa per capita nessa área ao lon-

go de todo o período, superando inclusive a média da região. Isso pode estar associado à relevância do ecossistema aquático para a economia local especialmente pesca e transporte fluvial. Mesmo com a oscilação em 2022, o crescimento acumulado de R\$ 903 por habitante entre 2019 e 2023 é expressivo. A manutenção de altos investimentos pode indicar prioridade local à proteção de recursos hídricos. No entanto, é necessário avaliar a efetividade desses gastos em termos de preservação concreta (Gráfico 25).

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 2.319/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

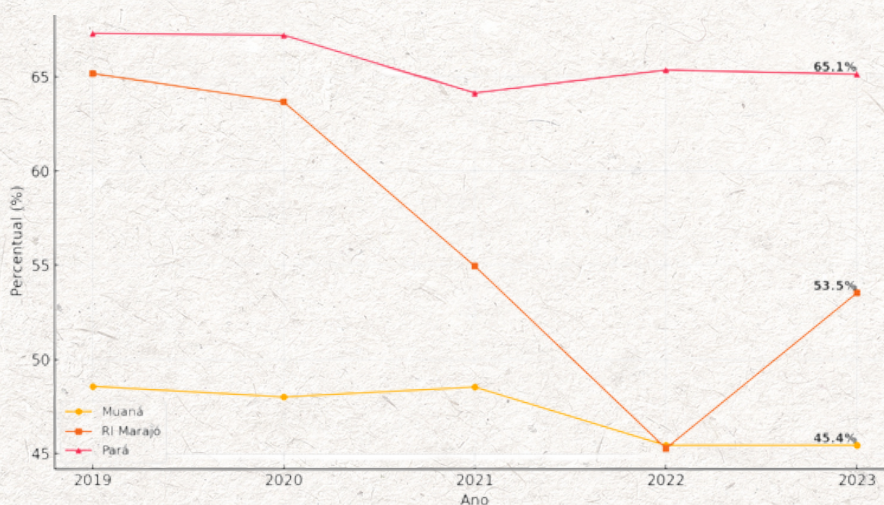
Muaná manteve relativa estabilidade no percentual de área florestal entre 2019 (48,6%) e 2021 (48,7%), mas sofreu queda em 2022 (45,3%), repetindo esse valor em 2023. A RI Marajó apresentou declínio mais acentuado: de 65,0% em 2019 para 55,0% em 2021 e 45,3% em 2022, com recuperação parcial em 2023 (53,5%). Já o Pará manteve-se estável, com valores em torno de 67%, encerrando 2023 com 65,1%.

Apesar das variações locais, o estado conseguiu preservar a cobertura florestal (Gráfico 26).

A queda significativa observada em 2022 nos três níveis indica possível impacto de pressões antrópicas como desmatamento, queimadas ou ocupações irregulares. O cenário de Muaná e da RI mostra que a perda de cobertura vegetal pode não ter sido compensada por ações de reflorestamento. A recuperação parcial da RI em 2023 é um sinal positivo, mas insuficiente para reverter a tendência. Já o Pará demonstra maior estabilidade e controle sobre seu patrimônio florestal. É essencial implementar políticas de conservação eficazes nas regiões mais afetadas (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

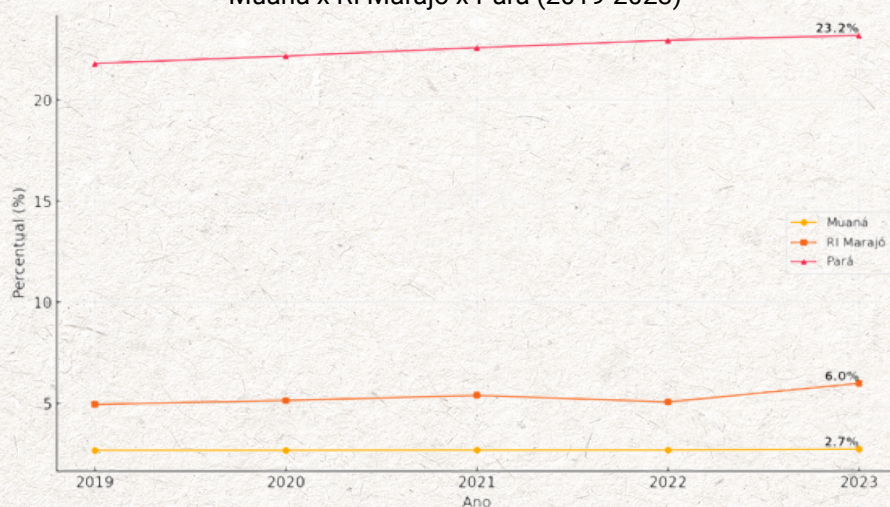
Em Muaná, o percentual de área desmatada foi de 2,6% entre 2019 e 2022, com leve aumento para 2,7% em 2023. A RI Marajó começou com 4,9% em 2019, teve variação discreta até 2022, e chegou a 6,0% em 2023. O Pará, por sua vez, partiu de 21,6% em 2019 e subiu progressivamente até 23,2% em 2023. A trajetória é de crescimento contínuo do desmatamento em todos os níveis analisados (Gráfico 27).

Apesar de os percentuais de Muaná serem mais baixos que os estaduais, a estabilidade em patamar elevado da RI

Marajó e o avanço constante no Pará são preocupantes. A elevação no estado reflete pressões estruturais sobre os recursos naturais, como expansão agropecuária e exploração madeireira. Em Muaná, a baixa variação pode indicar contenção relativa ou limitação na área já desmatada. A combinação da redução da floresta com o aumento de áreas desmatadas sugere desequilíbrio ambiental. Monitoramento territorial e ações de fiscalização são urgentes para frear esse avanço (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

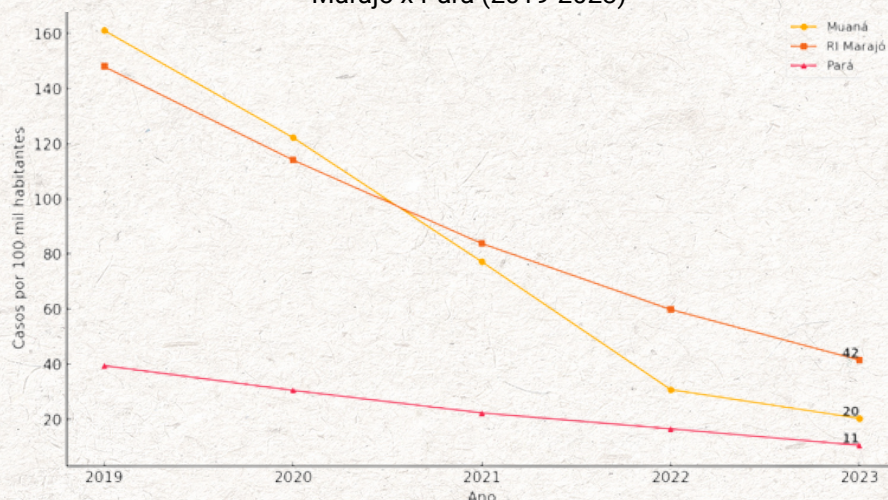
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Muaná, a taxa de trabalho infantil teve redução expressiva de 163 casos por 100 mil habitantes em 2019 para apenas 20 em 2023. A RI Marajó acompanhou essa tendência, passando de 148 para 42 casos no mesmo período. O estado do Pará manteve os menores índices, com queda de 40 para 11 casos entre 2019 e 2023. A redução mais acentuada em Muaná ocorreu entre 2021 e 2022, de 78 para 31 casos por 100 mil. O ritmo de queda foi consistente e significativo (Gráfico 28).

Essa trajetória de queda sugere maior eficácia de políticas públicas locais e regionais de combate ao trabalho infantil. A redução em Muaná foi de mais de 140 casos por 100 mil habitantes em cinco anos. Apesar disso, o município ainda fechou 2023 com o dobro da taxa do estado. A diferença entre os territórios demonstra desigualdade na erradicação do problema. Para atingir níveis mais baixos, é necessário fortalecer ações de assistência social, educação e fiscalização (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

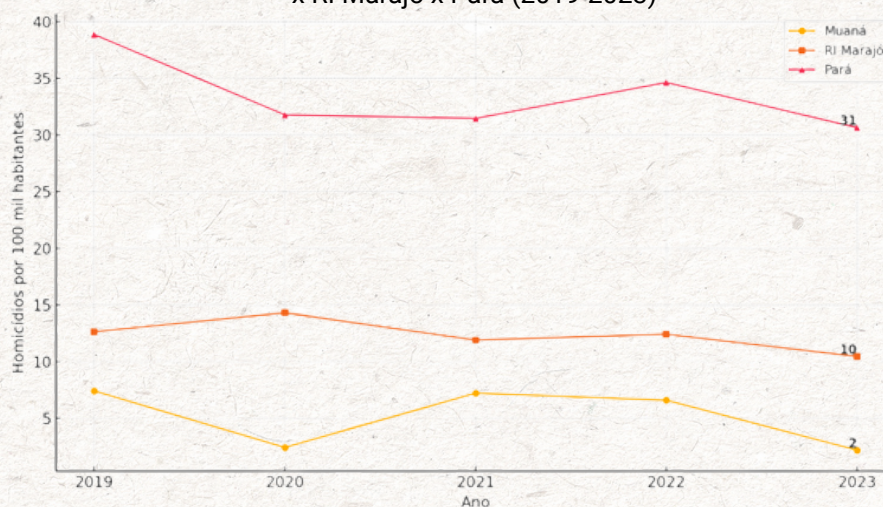
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

A taxa de homicídios em Muaná variou entre 7,5 em 2019 e 2,2 em 2023, com oscilações durante o período. O ponto mais baixo foi em 2020 (2,4), subindo para 7,1 em 2021, e caindo novamente nos dois anos seguintes. A RI Marajó apresentou maior estabilidade, com taxas entre 12,2 e 14,2, encerrando 2023 em 10,7. Já o estado do Pará iniciou com 38,9 homicídios por 100 mil em 2019 e caiu para 30,6 em 2023. O nível estadual se manteve muito acima dos demais recortes (Gráfico 29).

Muaná registrou uma das menores taxas de

homicídio da série entre 2020 e 2023, ainda que com oscilações pontuais. Apesar da alta em 2021, os números voltaram a cair, chegando ao valor mais baixo da série histórica em 2023. A RI Marajó manteve-se em patamar elevado, indicando maior persistência da violência em escala regional. O estado do Pará, mesmo com tendência de queda, segue com níveis preocupantes. Os dados reforçam a necessidade de estratégias diferenciadas entre os territórios para reduzir a violência letal (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



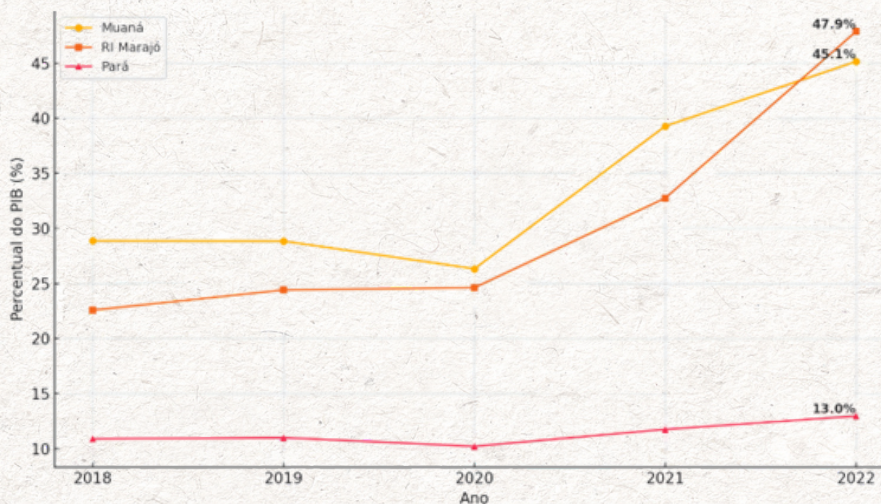
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2020, o município de Muaná manteve o gasto público municipal relativamente estável: 29,0% em 2018 e 2019, caindo levemente para 26,6% em 2020. A partir de 2021, observou-se uma elevação acentuada, com o percentual subindo para 39,3% e alcançando 45,1% do PIB municipal em 2022. A Região de Integração do Marajó seguiu tendência semelhante, subindo de 22,7% em 2018 para 47,9% em 2022 ultrapassando o próprio município. Já o estado do Pará apresentou variações mais modestas: partiu de 11,0% em 2018 e atingiu 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

O crescimento acentuado em Muaná e na RI Marajó a partir de 2021 sugere uma intensifica-

ção do papel do setor público na economia local, seja por maior arrecadação, aumento dos repasses ou ampliação dos gastos públicos. A diferença entre o município e o estado é marcante: enquanto o Pará permanece com gasto público inferior a 15% do PIB, Muaná quase o triplica. Essa disparidade pode indicar maior dependência da economia local em relação ao setor público. No entanto, é importante avaliar se esse aumento resulta em melhoria da qualidade dos serviços. O crescimento exige monitoramento quanto à sustentabilidade fiscal e ao impacto sobre o desenvolvimento (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Muaná x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.

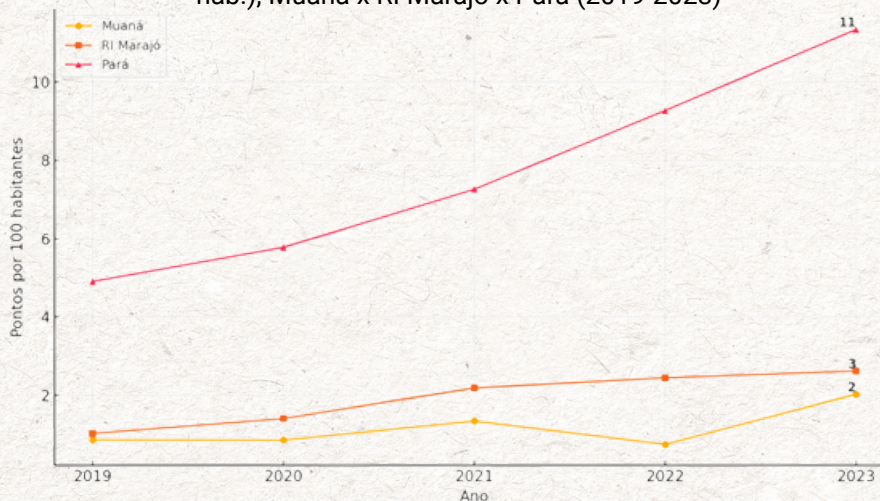
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Muaná, a taxa de acesso à banda larga fixa era de 0,9 pontos por 100 habitantes em 2019, permaneceu quase estável em 2020 (0,8), e cresceu para 1,3 em 2021. Houve um recuo para 0,7 em 2022, com retomada em 2023, atingindo 2,0 pontos por 100 hab. A RI Marajó apresentou crescimento contínuo no período, de 1,1 em 2019 para 3,0 em 2023. Já o estado do Pará demonstrou trajetória firme de expansão: partiu de 4,9 em 2019 e chegou a 11,0 em 2023 (Gráfico 31).

Embora Muaná tenha apresentado recuperação no último ano, o acesso à banda larga ain-

da é significativamente inferior ao restante do estado. A RI Marajó manteve desempenho melhor, embora abaixo da média estadual. O crescimento do Pará evidencia um avanço mais homogêneo da infraestrutura digital em centros urbanos. Já nos territórios insulares e rurais, a conectividade avança lentamente. Isso compromete o acesso à informação, educação remota e serviços digitais em áreas como Muaná. Políticas específicas de inclusão digital são fundamentais para reduzir essas desigualdades estruturais (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Muaná x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

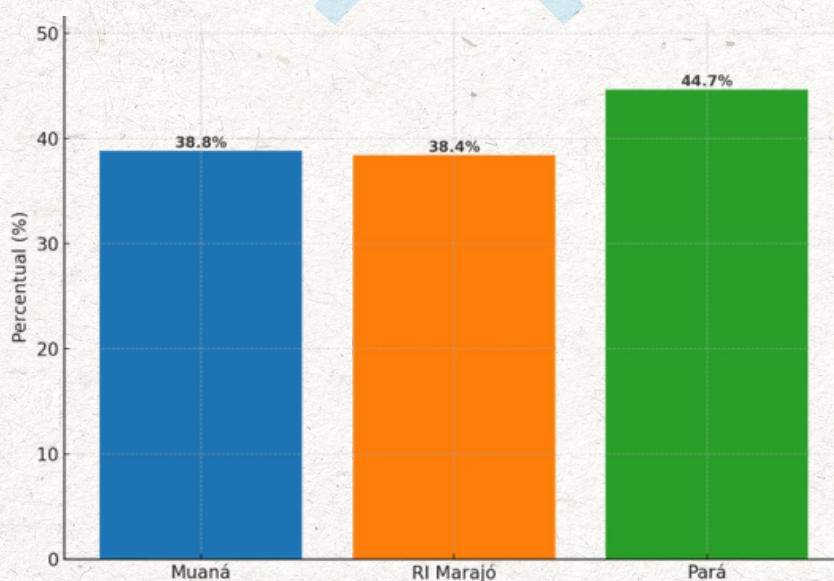
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Muaná** registrou um IDS de **38,8%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Muaná x RI Marajó x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



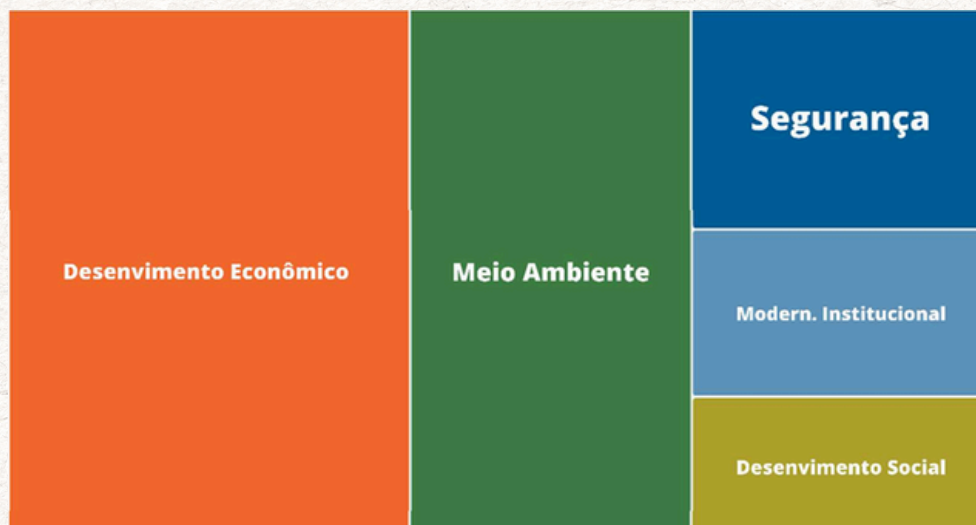
Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



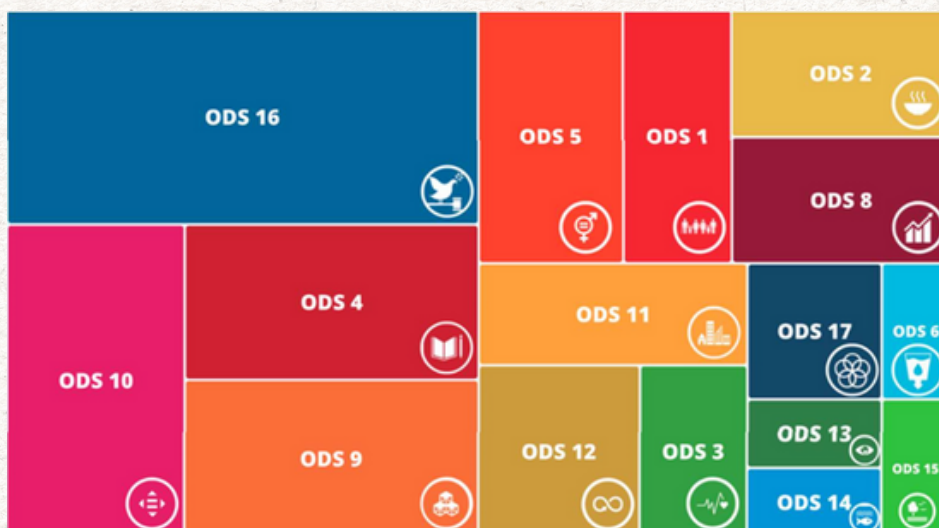
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.


Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.


Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).






Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

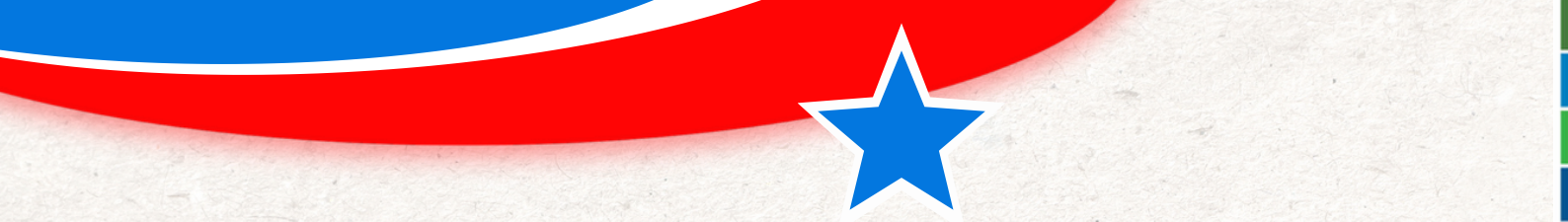
mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-


is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Muaná na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Muaná e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

